

## *Maria da Conceição de Almeida Tavares\**

**M**aria da Conceição de Almeida Tavares nasceu em Anadia, Portugal, em 1930. Diplomou-se em matemática na Universidade de Lisboa em 1953. Sufocada pelo regime fascista português, veio para o Brasil em fevereiro de 1954 e apaixonou-se pela música e pela alegria do povo brasileiro. No governo de Juscelino Kubitschek, pediu a nacionalidade brasileira, matriculou-se no curso de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se graduou com *summa cum laude* (Prêmio Visconde de Cairu) em 1960. Trabalhou no BNDE no final dos anos 1950. Foi chefe do escritório CEPAL-BNDE nos anos 1960, depois se dedicou à docência e à pesquisa em economia. Foi professora da UFRJ e do Instituto de Economia da UNICAMP. Foi deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores na legislatura de 1994/1998. Atualmente é professora emérita do Instituto de Economia/UFRJ. Escreveu livros, capítulos de livros e artigos publicados no Brasil e no exterior, alguns dos quais tornaram-se clássicos sobre a economia brasileira no século XX.

---

\* Entrevistada em 6 de maio de 1982, por Ângela Coronel, Salo Coifman, Rui Modenesi, José Eduardo de Carvalho Pereira e Marcelo Averbug.

### **Quando entrou no Banco<sup>41</sup>, quais pessoas encontrou e quais eram os grandes legados econômicos nacionais?**

Eu entrei no BNDE em 1958. Era matemática, contratada para trabalhar como estatística no cálculo das Obrigações de Reaparelhamento Econômico<sup>227</sup> e estimar o montante projetável do adicional do Imposto de Renda no Brasil. O Jessé Montello<sup>179</sup> era o chefe da divisão, o Abade<sup>11</sup> era um estatístico que trabalhava conosco, e havia um pequeno grupo de economistas fundadores do Departamento Econômico do Banco. Na verdade, eu estava cursando Economia quando vim para o BNDE, apesar de ser matemática e estatística. Os economistas daquela época se dividiam em duas alas: a ala liberal conservadora, que estava muito ligada à FGV<sup>127</sup>, da qual o professor Bulhões<sup>229</sup> era o representante, e a ala desenvolvimentista planejadora, da qual o Roberto Campos tinha sido um representante importante na fundação do Banco. A disputa estava clara. Desde a assessoria<sup>22</sup> do governo Vargas<sup>142</sup> havia duas agências descentralizadas do governo federal envolvidas com planejamento central que tinham importância crucial. O BNDE, que cultivava uma ideologia desenvolvimentista desde a sua fundação, em 1952, e a SUMOC<sup>278</sup>, que punha em prática a política monetária liberal conservadora. Eu, que era estudante de Economia, embora já fosse mais velha e tivesse uma formação prévia, devo ao Banco e à obra de Celso Furtado e da CEPAL<sup>66</sup> o meu aprendizado de economia brasileira. Ao Banco, nos aspectos práticos da economia aplicada, e ao professor Celso Furtado, pelo pensamento econômico desde *Formação Econômica do Brasil*<sup>124</sup>. Se eu não tivesse optado pelo pensamento de Furtado quando era aluna, e, ao trabalhar no Banco, não tivesse aprendido economia aplicada – economia industrial e planejamento –, não teria nunca me tornado economista. E isso é uma coisa tocante, porque eu não tenho muitas relações hoje no BNDE, mas meu compromisso com a instituição ainda é grande. Hoje, o Banco é uma organização pesada, diferente de quando entrei, e qualquer jovem formado, quando entra, fica um pouco perdido, a menos que tenha a sorte de bater no Departamento de Planejamento, que é o equivalente ao Departamento de Economia de então. Mas o Banco, em minha época, era menor, era pequeno, e então havia uma comunhão de intenções nos debates. Todos estavam, naquela altura, com o projeto de fazer do Brasil uma grande nação industrial. E essa era a mística da casa. Então, quando se tem 27 anos e se pega pela cara um conjunto de técnicos que, embora de origens diferentes, têm essa mística, você aprende como proceder. Eu posso dizer que de lá para cá virei uma economista do desenvolvimento, e que nesta casa aprendi o que isto queria dizer.

### **Nessa época quais grupos havia? E quais posições e ideias eles defendiam?**

Quando o Banco se formou, não passou de um projeto da assessoria de Vargas; mas não ficou apenas nisso, como é óbvio. Porque havia no Banco, desde a sua criação, gente do chamado grupo do Itamaraty<sup>217</sup>, do qual o mais famoso era o Roberto Campos. Quando eu entrei, ele capitaneava o Banco, mas tinha trazido gente ilustre do Itamaraty, como o Miguel Osório de Almeida e o Otávio Dias Carneiro<sup>232</sup>, que compunham o Departamento de Relações Internacionais do Banco, que, naquela altura, era um grande departamento. E essa equipe do Itamaraty trazia um projeto modernizante, de abrir o Brasil a novas ideias do mundo e para o mundo. Era a ideia de que o Brasil deveria estar no mundo com autonomia, o que significava ser a favor do desenvolvimento. Nem todos eram nacionalistas, mas eles eram a ala que, naturalmente, desejava criar incentivos para o desenvolvimento, como até hoje são. Eles tinham uma visão de política externa, uma visão do papel do Brasil como possibilidade futura de potência intermediária, como até hoje têm. Havia também o grupo de advogados, desejosos de implantar um capitalismo moderno, pois achava o Brasil arcaico, conservador, e que trazia essa visão modernizadora para o Banco. Então, havia uma visão internacional que tinha uma noção clara de qual era o conjunto de forças internacionais e de como é que o Brasil poderia se inserir nesse processo. Todos, enfim, estavam reivindicando a autonomia do país, sua cara moderna, e acreditavam no desenvolvimento industrial.

A visão de industrialização do pessoal do Itamaraty era uma visão de autonomia, de aumentar a base material para se poder fazer um Estado nacional forte. Havia o grupo de economistas progressistas, alguns de tradição de esquerda, como Ignácio Rangel, Américo Curi, e mais um grupo de jovens que tinha sido treinado pelo Furtado no grupo CEPAL-BNDE<sup>154</sup>. Eles tinham uma visão mais rica. Por que mais rica? Porque o sentido não era nem apenas a afirmação do Estado nacional, que é a visão do Itamaraty até hoje, que permite que o Brasil fique com postura externa independente e, ao mesmo tempo, com a interna um tanto atrapalhada. Não era a visão modernizante do grande empresariado, que queria ter acesso às técnicas de organização capitalista. Ter acesso ao mercado de capitais era a grande ideia deles, e que de certo modo permaneceu na pauta. Por que essas duas visões, a do grupo do Itamaraty e a do grupo do Bulhões Pedreira<sup>192</sup>, terminaram convergentes? Porque eles conseguiram fazer, com o golpe de 1964, um Estado forte, que tem porte nacional para fora, que tem uma envergadura

econômica moderna, no sentido do capitalismo monopolista. Porém, esse projeto não tem aquilo que era o cerne ideológico do Banco, e que era o projeto nacional desenvolvimentista abrangente.

No cerne ideológico do Banco havia gente mais velha, que vinha da assessoria de Vargas, e que tinha, na verdade, muito antes do Furtado, “bebido” no Roberto Simonsen<sup>267</sup>. Sim, porque em torno do Roberto Simonsen se agrupavam os paulistas. Os paulistas tinham uma visão de desenvolvimento da infraestrutura, da chamada base técnico-produtiva, mas também optavam pela indústria de capital nacional. Assim, a ideia era de que os financiamentos deveriam ser para os organismos nacionais, com o aval e o controle político do Banco. Essa era a visão! São critérios de prioridades, isso foi claro. A ideia das metas setoriais, a ideia do planejamento, a ideia da interrelação industrial entre os diversos setores e a ideia, inclusive, de que a indústria seria o setor que puxava o ciclo de crescimento (e não o agronegócio), mas tinha de ter base de capital nacional, era o pensamento deles. Este projeto era o projeto Vargas. Não o projeto do Estado Novo, porque não era o modelo autoritário que eles estavam propondo. Era o projeto Vargas incorporando aquilo que até hoje a gente está pedindo, uma negociação entre setores de pensamento nacional. O Banco já tinha experiência de negociação, pois tinha a área ligada ao Itamaraty, a área ligada ao empresariado, e a área dos técnicos. E havia grande discussão e disputa entre áreas. Essa repartição de interesses se expressava na diretoria do Banco, porque a Diretoria tinha, visivelmente, duas bandas: a banda nacionalista, liderada pelos ex-assessores de Vargas, e a banda internacionalizante, liderada pelas personalidades da ex-Comissão Mista<sup>68</sup>.

Era dessa discussão fecunda que saíam as decisões acerca da execução dos projetos. Nenhum projeto deixava de passar pela luta interna, que às vezes era surda, às vezes era explícita. Muitas vezes, e eu sabia porque o pessoal que estava trabalhando na Diretoria me contava, a disputa era em torno da coexistência dessas três visões. Havia o intuito de conciliar as três visões. A ideia original na formação do Banco era de levar essas três visões juntas, porém com hegemonia ideológica do grupo que detinha o projeto de fazer do Banco uma grande força nacional. O que permitiria, inclusive, enfrentar a ideologia do agronegócio, que defendia o agriculturismo, o liberalismo econômico que tinha ficado com a Fundação Getúlio Vargas como reduto e era também dominante no Banco Central<sup>32</sup>.

Havia um grupo de economistas que não era de tecnocratas – eram técnicos –, mas que respaldava essa visão mais ideológica, mais nacional do Banco. Assim,

o Banco tinha uma estrutura de poder trilateral, com perdão da palavra. Mas é bastante claro que a política de financiamento externo era importante e influenciava. Isto só pode acontecer porque, na prática, quando o governo começou a operar realmente como agente de desenvolvimento, começou a operar com as três bandas, e elas tinham acesso à política cambial porque eles tinham um grupo empresarial representado pelos seus advogados e por alguns técnicos no Banco. Eles tinham acesso às políticas comerciais porque tinham o grupo do Itamaraty, que tinha que ver com a CACEX<sup>51</sup>. No Banco havia um núcleo dirigente originário que se manteve até o fim da gestão Roberto Campos. Esse foi um núcleo politicamente pesado, operando as interligações da política cambial com as políticas financeira, comercial e política fiscal.

Entrei no BNDE porque tinham conseguido um novo adicional de Imposto de Renda<sup>7</sup> para o Plano de Metas<sup>251</sup> de Juscelino<sup>197</sup>, mas entrei para fazer o cálculo estatístico. Eu era estatística nessa altura, já que comecei a aprender economia aplicada no Banco, e aprendi bem. Vivi esse tipo de conflito, pois tinha a percepção de que era esse o conflito e de que havia várias tendências ideológicas, mas as três convergiam para um projeto de desenvolvimento cujas nuances eram dadas pelo grupo com o qual eu convivía no Banco. Esse era o grupo do Departamento de Economia, de acordo com a compreensão dominante naquela altura, que desejava e lutava pela ideia de planejamento e de desenvolvimento nacional. Porém, como instrumento de poder, as nuances eram dadas pelos grupos do Itamaraty (liderado por Roberto Campos), dos advogados e dos engenheiros ligados ao setor privado. Eram eles que, na verdade, operavam. Eram projetos de predominância ideológica nacionalista porque os componentes dos grupos técnicos eram da assessoria de Vargas e envolviam seus ministros. Entretanto, dada a disputa de poder, o projeto foi levado para um lugar completamente diferente. O choque ideológico já era visível quando eu entrei, em 1958. O Campos saiu logo depois, justamente no enfrentamento com o plano de estabilização proposto por Lucas Lopes, ex-presidente do Banco e então ministro da Fazenda.

### **Durante o governo Juscelino, como o Plano de Metas se refletiu na atuação do Banco? Que impacto ele teve dentro do BNDE?**

Eu vivi o Plano na época áurea, ainda durante sua implantação. Vivi o projeto em marcha, vivi os anos de 1958 e 1959 e fui do GEIMAPE<sup>150</sup>. A primeira vez que eu tive a oportunidade de ver um empresário foi o diretor da ROMI<sup>167</sup>, uma empresa

mecânica importante, quando ele veio ao Banco. Ele chegou ao Banco para discutir com quem? Com o grupo de técnicos do GEIMAPE, que era formado pelo engenheiro Celso Aires Lacerda, pelo Vieira Gaspar e eu não me lembro mais quem. Lembro-me desses porque foram depois os que continuaram no traquejo da profissão. Os outros, mais jovens, provavelmente saíram, então não me lembro quem eram. O Luiz Carlos de Andrade não estava no GEIMAPE, pois estava em outro grupo executivo. Vejam vocês! Era tal o dinamismo que eu, que estudava Estatística, uma vez tendo terminado a curva estatística sobre distribuição de renda – a primeira curva de distribuição de renda do Brasil, diga-se de passagem –, já estava num grupo executivo. Além de ser boa aluna de Economia, já era mais velha e trabalhava com o pessoal que me interessava, do Departamento de Econômico do BNDE, alguns dos quais tinham pertencido ao grupo CEPAL-BNDE, fundado por Celso Furtado.

**Há hoje uma grande controvérsia sobre o que é ser técnico e o que é ser tecnocrata. Como vê essa questão?**

Técnico é o sujeito que, na verdade, por suas ligações com o aparelho de Estado, não tinha poder. O técnico tinha apenas o seu saber, sua competência e sua fé no que estava fazendo, o que significava saber negociar. Na verdade, negociava politicamente, de acordo com as forças que percebia existirem no Banco, ou seja, negociava o que era viável. Naquela época, as decisões da diretoria, sempre acatadas, incluíam projetos que a equipe técnica achava que não eram corretos, mas sempre havia grupos de influência pressionando, então eles tentavam pressionar outros grupos de influência. O técnico ia lá, conversava, tentava reunir aqui, tentava refazer acolá e levava adiante a luta técnico-política por seus ideais, pela sobrevivência do seu projeto. Mas ele tinha o projeto, que era o da equipe técnica. Os setores que foram adiante foram os que eram liderados pelos grupos executivos do Plano de Metas.

Os tecnocratas eram liderados por gente de poder, caso do Roberto Campos, do Bulhões Pedreira e de outros, gente comprometida com “interesses”. Em geral eram chamados de “entreguistas” pela jovem guarda nacionalista. Então, o que hoje se chama de tecnocrata começou com uma designação que relacionava certo tipo de técnico ao “entreguismo”. É claro que era uma nomenclatura dentro de um contexto. A “velha guarda” do Banco podia achar que era nacionalista e os outros eram entreguistas. Naquela época, se você traía a ideologia do técnico nacionalista era chamado de entreguista. Também significava que o técnico ficava

em cima do muro nas negociações do Banco, não tomava partido. Naquela época, que era a época do nacional-desenvolvimentismo, o papel dos tecnocratas era desprezado. Do grupo de poder do Banco, os “entreguistas” mais importantes eram Roberto Campos e Bulhões Pedreira e os nacionalistas mais importantes eram o Ewaldo Correia Lima<sup>114</sup> e o Cleantho de Paiva Leite<sup>60</sup>. Esse era o pessoal que mais tinha poder. Esses eram diretores, eram homens de poder e que, portanto, tinham relações com os grupos privados e públicos.

A ideia central é que realmente havia um projeto e que as forças ficavam mais ou menos equilibradas. A ideia de tripé já começou aí. Então, a luta era para se manter o capital estrangeiro de lado tanto quanto possível. Era necessário negociar muito, inclusive no interior do grupo de trabalho e ver quem é que ficava com o setor de autopeças, se seria um grupo nacional ou estrangeiro. As montadoras eram multinacionais, mas vamos ver se poderemos manter a VEMAG<sup>288</sup>; vamos ver se poderemos manter a FNM<sup>116</sup>. Era uma luta! Mas a luta era manter o máximo de controle nacional possível quando não havia possibilidade de se transferir. Foi no meio desse processo que surgiu esse conceito de “tecnocrata”, que no fundo era uma burocracia autorreferida que mantinha, e mantém, como referência a sua própria burocracia e o desejo de ascender. Na época, diferentemente de hoje, era muito melhor, não havia tanta divisão, tantos setores, tanta atrapalhão, tanto chefe disso, chefe daquilo. Era uma estrutura mais fluida, que não dava lugar a uma hierarquia vertical muito alta e permitia, como disse, que uma jovem estudante de Economia participasse em igualdade de condições do grupo de trabalho dos técnicos. Não havia tanta dificuldade como hoje. Não havia uma burocracia tão pesada.

**A senhora acaba de nos dizer que no BNDE, nessa época, havia coexistência dos grupos representativos do pensamento brasileiro. Que havia negociações entre eles, tanto em relação ao que se desejava para a sociedade brasileira como em relação ao grau de abertura de sua economia, ou seja, a sua inserção no mercado mundial da época. Quais outros grupos existiam, aqui no Rio de Janeiro, como uma central de pensamento, e também em São Paulo, que repetia as consequências das origens do movimento industrial?**

Vocês precisam entender que era uma solidariedade muito pouco sedimentada. Na verdade, o que se tinha? O que havia antes do BNDE? Havia a assessoria de Vargas. Existia o Grupo Técnico de Economia e Finanças do Ministério da

Fazenda<sup>214</sup>, ao qual pertencia o professor Bulhões, que participou dos relatórios e discutiu a Comissão Mista. Era um grupo cujo número de técnicos era muito reduzido. Na verdade, a Fundação Getúlio Vargas era o centro onde se discutia. Todo mundo passava pela Fundação Getúlio Vargas. Passou por lá o Genival de Almeida Santos<sup>140</sup>, o Celso Furtado, o Américo Barbosa de Oliveira, todo mundo. O primeiro lugar no espaço de pesquisa e de pensamento econômico no Rio foi a Fundação Getúlio Vargas. Enquanto em São Paulo a aglutinação foi em torno do Roberto Simonsen, na Escola de Ciência Política de lá, da qual, aliás, veio para cá o Schlitter<sup>160</sup>. O Schlitter vinha de São Paulo, não veio do Itamaraty. Retomando, então, na verdade, havia um grupo em São Paulo que girava em torno do pensamento do Roberto Simonsen, mas empresarialmente tinha um grupo de poder na FIESP<sup>117</sup>. O grupo do Rio, na Fundação Getúlio Vargas, era mais amorfo. E foi nesses dois grupos que começou a ser gestada a ideia de se fazer pesquisas, estatísticas básicas, contas nacionais etc.

Havia também o pessoal do Banco do Brasil<sup>34</sup> e do Itamaraty, que eram as duas burocracias mais competentes e mais antigas deste país. Na verdade, o Itamaraty cuidava da política externa, mas não tinha influência no desenvolvimento interno, e o conseguiu mandando o grupo dele para o BNDE. O Banco do Brasil, por sua vez, cuidava da agricultura, e para a sua carteira de crédito industrial e geral tinha feito os burgueses originários, os “Jafet’s da vida”. Era a briga do Getúlio. O Getúlio usava o Banco do Brasil para fazer indústrias, como instrumento de crédito. Era nesse estado rudimentar da sociedade que o BNDE, na sua origem, aglutinou uns vinte e tantos caras mais ou menos com uma tendência única. Agregou depois pessoas que haveriam de ter muita importância, como o Furtado e o grupo de técnicos que participaram do grupo CEPAL-BNDE. Foi daí que saiu o documento. E não importa o que o Campos achou, se tem falhas técnicas de planejamento ou não. Não tem importância o que ele disse na entrevista dele, porque, realisticamente, ele estava vendo que o grupo dele era mais importante. Claro, era um grupo de governo, era um grupo de gente ligada ao poder do Estado. E por que ele achava que o Bulhões Pedreira e o seu grupo eram o mais importante? Porque era verdade. Era o grupo dos grandes advogados. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: não é verdade que o BNDE nasceu sob a égide do nacionalismo. Isso é “conversa para boi dormir”.

O BNDE nasceu enquanto instituição de fomento verdadeira, originária de um grupo que tinha uma hegemonia de técnicos nacionalistas e de um grupo de burocratas que tinha uma ideologia de serviço público de Estado. Esta, depois,

daria origem à tecnocracia. Do outro lado, havia um grupo de advogados e engenheiros do Rio de Janeiro que estava ligado aos grandes grupos internacionais. Então o BNDE não nasceu como um grupo místico, que faz um plano e sai em frente. O BNDE já nasceu com uma história na qual o papel dos técnicos só era relevante porque eles estavam introduzindo uma ideia nova: a ideia de planejamento. Porque estavam introduzindo uma briga ideológica contra a Fundação Getúlio Vargas, que começou em 1954. Estou me referindo à briga. O grupo tinha estado na Fundação Getúlio Vargas, era desenvolvimentista e veio para o Banco. Na Fundação só ficaram os liberais conservadores.

**O projeto do BNDE foi técnico e nele coincidiram as posições da assessoria de Vargas e as do Grupo Misto Brasil-Estados Unidos<sup>68</sup>?**

Exatamente! Com a fusão do Grupo Misto CEPAL-BNDE\* lá dentro do Banco. Os primeiros planos que eu vi, que eu estudei no Banco, eram os planos do Grupo Misto e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Esses foram os primeiros planos! Era lá que estavam os planos ferroviários, os planos do transporte e os planos de energia. Era um plano de infraestrutura. O Juscelino, com o seu Plano de Metas, apenas agregou os grupos executivos, os grupos para estudar setores: o grupo automobilístico, o grupo da química, o grupo das máquinas e ferramentas. Havia uma infraestrutura planejada já detalhada na Comissão Mista. Já no debate do Quitandinha<sup>259</sup>, com o Prebisch<sup>260</sup>, em 1954, rachou o conjunto de técnicos e economistas, engenheiros, advogados que giravam em torno da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Os que eram a favor do livre câmbio, da taxa única de câmbio, das políticas monetárias ortodoxas, e da agricultura e das vantagens comparativas, ficaram na Fundação. Os que eram a favor da modernização capitalista, que eram forças ligadas a empresas internacionais, como eram os grandes advogados das grandes empresas, como o Bulhões Pedreira, advogado da Light<sup>202</sup>, e San Tiago Dantas<sup>125</sup>, advogado ligado ao Itamaraty, queriam um conjunto de reformas modernizantes, tanto do aparelho de Estado, como do capitalismo e da nação, e juntaram-se. Então, o que houve no Banco foi uma luta aberta pelo poder. Em 1958, quando veio o acordo com o Fundo Monetário<sup>135</sup> e o Lucas Lopes quis estabilizar, ele caiu. Assim também foi com o Campos em 1959. E o BNDE continuou, com a mesma força.

---

\* As referências são ao Grupo Misto CEPAL-BNDE e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Não estou dizendo que é porque o Campos caiu fora, porque o Lucas Lopes caiu fora, que o BNDE mudou. O BNDE continuou se reunindo com os grupos executivos do Juscelino no começo de 1959. Eu fiquei até 1960, e já não era o Campos, era o almirante Lúcio Meira<sup>203</sup>. Era o Plano de Metas; o Campos caiu e o Plano de Metas ficou. Isso é fantástico! Como era a força da articulação real! Como era um projeto político de articulação de forças, mesmo que um dos seus expoentes, que era o Roberto Campos, caísse, o projeto continuava. O Campos caiu e não aconteceu nada. Colocaram o almirante Lúcio Meira, que era técnico – não digo nem tecnocrata, mas técnico –, porém almirante, e um homem com prestígio nas Forças Armadas. Aí começa a prática de ter sempre no aparelho de Estado alguém ligado a um segmento militar. Por exemplo, o Macedo Soares<sup>102</sup> era da siderurgia, o almirante Lúcio Meira da área naval etc. Essa ideia de fazer o elo técnico-militar não é uma visão ideológica; isso foi um dado da realidade. Foi sempre assim no Brasil, o fato de o Estado ter técnicos egressos da ala militar. Sempre teve! Mas influência militar, propriamente dita, não vi nenhuma enquanto estive no Banco. Interferência do “poder oculto” não vi nenhuma. As brigas eram abertas!

A Diretoria sabia o que ocorria. E se alguém contava o que ocorria na Diretoria, todo mundo tomava partido, publicamente. Por exemplo, quando o pessoal progressista não concordava com a política do governo, porque a ala conservadora estava ganhando, criou-se a revista *Econômica Brasileira*<sup>99</sup>, do Clube dos Economistas<sup>62</sup>. Na revista, os técnicos do banco assinavam com nome e *apellido*<sup>\*</sup>, criticando a política do governo, ao qual eles pertenciam. E não acontecia nada, ninguém perdeu o emprego. Quero dizer, em que condições se pode ter uma revista e nela assinar com o seu nome um artigo contra o governo ao qual você pertence? Podia ser chefe de departamento, ou diretor do Banco, tanto faz. Você tinha de impor a diferença. Você era chefe de departamento e diretor do Banco, mas assinava com seu nome numa revista um artigo contra a política da SUMOC. Se hoje um diretor do Banco assinar com nome e *apellido*<sup>\*</sup> contra o Langoni<sup>141</sup>, o mais provável é que caia. Não é verdade? Pois é! Essa era a diferença.

Você pergunta qual é a diferença de tecnocrata para técnico? Tecnocrata é aquele que, apesar de ser técnico, não pode fazer nada de errado, porque se botar o nome embaixo de um documento que diga o contrário do presidente do Banco Central roda. Então o sujeito é obrigado a viver da conspiração dos gabinetes.

---

\* A entrevistada refere-se a sobrenome, utilizando palavra da língua espanhola.

Diga-se de passagem que naquele tempo não era assim, porque o Banco não vivia da conspiração dos gabinetes. O Banco era uma arena política no interior do Estado onde o jogo era aberto. Havia *lobby* que pressionava, é verdade. Então, havia *lobby* em cima do grupo da indústria automobilística, *lobby* em cima do grupo da indústria química, *lobby* em cima do grupo da indústria de máquinas. Havia *lobby*! Não é que os técnicos serviam a eles. Os técnicos recebiam pressões e tentavam traduzir tecnicamente. Depois disso se inverteu. Depois, de repente, os técnicos do Banco passaram a proteger a indústria. O Juvenal, por exemplo, na década de 1970, teve de “proteger” a indústria de bens de capital. Acabou a fase “técnica” do Banco! Você imagina um técnico ter de proteger uma indústria? É uma coisa louca! No capitalismo, supostamente, os capitalistas são os que têm de pressionar os técnicos, e não o contrário.

**Essa pretensão era uma constante do BNDE. Eu acho que até hoje persiste.**

Essa pretensão para você é uma constante porque não viveu o período que eu vivi. No meu período não era uma constante coisa nenhuma. E eram jovens, pois o Juvenal tinha trinta e poucos anos, um outro tinha 30 anos, portanto, eram mais moços que vocês. Eu própria tinha 27 anos. Não era pretensão nenhuma! Nem deles, nem da Diretoria. A pretensão era do Campos. Aliás, o único tecnocrata que havia lá era o Roberto Campos. Porque ele, sendo realmente um “homem público”, desde o tempo do Getúlio, vindo do Itamaraty, que é uma das burocracias mais autorreferidas enquanto burocracia de Estado, trouxe essa mentalidade. Mas o papel dele era ser a cúspide de uma correlação de forças, e ele sabia disso.

Na Diretoria ele administrava as pressões, mas era com os técnicos que ele debatia e administrava as diferenças. O Dr. Campos administrava, ao nível do poder real, a política, e ao nível do saber técnico, como era muito competente, as diferenças. Como o BNDE era uma estrutura permeável, sentia todas as decisões. O grupo de técnicos tinha, é claro, de discutir e espernear. Com a manutenção da Instrução 113<sup>172</sup>, o pessoal esperneou “pra burro”, e de repente perdeu. Ninguém achou que iria morrer porque perdeu a 113, ou nem que estava salvando, ou não, a Nação. A equipe era menos salvacionista! Agora, se o regime fecha, pega essa equipe – que era uma equipe ideológica e que tem um projeto de vida, tem um projeto nacional –, tranca-a, ameaça acabar com o Banco – e várias vezes essa ameaça foi real –, o sujeito vai ficando na defensiva. Quando o

sujeito vai ficando mais tempo no Banco, percebe que sabe mais coisas que os empresários. Então, passa a existir um tipo de delegação de poderes por meio de uma tutela tecnocrática e autoritária. Quer dizer, se um ministro ou um general poderoso garante o que ele vai fazer, então ele vai fazer. Vai fazer, tem guarda-chuva, ou seja, vira “tecnocrata”.

**Uma outra questão que nós podíamos conectar com sua última exposição diz respeito à teorização da experiência concreta que estava sendo vivida no BNDE em termos de implantação de setores. Como surge a ideia da racionalização daquela experiência em termos do modelo substitutivo de importações? Em termos da questão da formulação da base técnica produtiva?**

A teoria cepalina da substituição de importações influenciou os técnicos e a experiência concreta do Banco desde 1955. O Banco teve um curso em 1958, do qual participaram basicamente sua equipe de engenheiros e alguns economistas. Em 1959, houve outro no Nordeste, do qual participou um grupo nordestino muito ligado ao Furtado. E, em 1960, houve o terceiro curso, realizado no escritório CEPAL-BNDE, recém-implantado. Assim, quando eu fiz o curso da CEPAL, em 1960, é que me dei conta de quão primitivo teoricamente o Banco ainda era. Porque isso também é verdade: o Banco foi uma grande casa, mas jamais foi um produtor de pensadores. A não ser que se considere o Furtado um homem do Banco, o que ele não era. A não ser que se considere o Campos um homem do Banco, o que ele também não era. Na verdade, muitos produtores de pensamento sobre desenvolvimento econômico passaram pelo Banco, mas não eram do Banco. Nunca foi a partir do Banco que se pensou o Brasil, foi o contrário.

O Ignácio Rangel já era o que era antes do Banco (na assessoria de Vargas), e depois foi pelo ISEB<sup>171</sup> e não pelo Banco que desenvolveu suas ideias. O que desenvolveu acerca de “recursos ociosos” e “dualidade básica” ele fez no ISEB, não no BNDE. O Rangel foi o mais ilustre marginal que o Banco já teve. O Banco não escutava nada. Aliás, nem entendia nada do que o Rangel já estava falando, como, diga-se, era normal. No Banco ele criou alguns discípulos, meninos que foram para a universidade ensinar o que ele teorizava, mas a aplicação disso no BNDE não existia. Aliás, o Rangel não teve importância na trajetória do Banco. Eu não me lembro dele dirigindo um grupo executivo. No entanto, o que a CEPAL e o que Furtado diziam eram inteiramente inteligíveis, porque era uma teorização de alto nível, aplicável ao projeto que estava em curso. Isso é que era bonito!

O Furtado não estava inventando nada. É verdade que ele escreveu *Formação Econômica do Brasil* antes de 1958, e o último capítulo já é sobre o programa da industrialização do País. Você pode ler, porque está lá na *Formação*, o último capítulo que é sobre o papel do setor de bens de capital. Aliás, ninguém nunca teorizou nada em cima da experiência do Banco. O Banco era uma grande casa, enquanto casa decisória e de articulação da política econômica dos grupos empresariais com a burocracia de Estado em vários níveis. Porém, jamais produziu qualquer pensamento teórico. Os pensadores que passaram no Banco eram pensadores antes e depois do Banco. O período da substituição de importações do tipo que a gente chamou de “substituição de processos simples” é o que vai de 1950 a 1958.

O BNDE que eu vivi não tinha mais nada a ver com a teoria da substituição de importações. O que eu vivi no BNDE foi o Plano de Metas, que não é inerente a um período de substituição de importações. O que estava acontecendo no BNDE, no período em que lá estive, era o planejamento setorial, que estava centrado nas ideias da CEPAL; mas o cerne das escolhas setoriais tem mais a ver com o Hirschman<sup>10</sup>. Era a ideia de você ter, ademais da infraestrutura, o conjunto de setores industriais que iriam ser setores-líderes e que o desenvolvimento, em vez de ser equilibrado – fazer indústria, agricultura, saúde, educação, etc. – deveria ser desequilibrado. Qual foi a ideia, economicamente correta e socialmente incorreta, que presidiu o Plano de Metas? Não foi a substituição de importações do estilo elementar, essa a que me referi em meu trabalho, quando estudei o período teoricamente, em 1963. O que presidiu o primeiro período foi realmente a substituição das importações, pois havia a pauta da CACEX<sup>51</sup> e da CEXIM<sup>52</sup>, olhava-se o que estava proibido e procedia-se à substituição. Mas no período de 1957 em diante não foi nada disso. Foi, sobretudo, infraestrutura – energia e transportes –, o famoso binômio que sempre acontece em todos os países. Sempre são os setores de energia e transportes os que dão origem ao deslanche.

No caso da indústria, o cerne foi um conjunto de setores industriais que receberiam investimentos pesados. Em vez de se estabelecer um tipo de desenvolvimento equilibrado, com indústria, agricultura, saúde etc., o BNDE fez uma opção mais próxima ao Hirschman, de desenvolvimento desequilibrado. Quero dizer, ele optou por apoiar um conjunto de setores da indústria pesada, além de construir a infraestrutura básica de que sempre precisamos em todos os períodos de reconstruções largas, mas não se preocupou com o resto, pois as questões relacionadas à saúde e à educação ficaram para os “reformistas”. E, nesse particular, quero dizer que a doutrina do Banco não era reformista.

Então vamos esclarecer duas coisas que são imputadas ao grupo do BNDE e que são incorretas. Primeiro, em relação à substituição de importações. Não é verdade! Ninguém selecionou os grupos de trabalhos executivos pelo montante da demanda de importações. Se fosse para se fazer a indústria automobilística pelo montante da importação de automóveis de passeio não se faria, porque a demanda por automóveis era simplesmente ridícula. Se fosse para se fazer a indústria de máquinas e ferramentas e de máquinas pesadas, que originou o GEIMAPE, pela demanda por máquinas, também não se faria, porque não havia nenhuma demanda por máquinas. Se fosse para se fazer uma indústria naval pela demanda por navios presente nas importações não se iria criar uma indústria naval. O grupo do BNDE tinha claro, assim como todos nós, dos grupos intersetoriais, o que implicava construir no Brasil uma indústria metal-mecânica pesada. Todos tínhamos isso muito claro! Eram os efeitos “*hacia atrás y hacia adelante*”, que estava em espanhol na linguagem da CEPAL, e em inglês no Hirschman. Então não vou nunca fazer substituição de importação pela pauta. Isso é uma bobagem! Isso é o pessoal da CEXIM que fazia, em 1948, em 1950. Então, qual era o erro?

O erro era a tese de que o desenvolvimento econômico promoveria, por si só, o desenvolvimento social. Se a gente crescer haverá um transbordamento para baixo, para o social. Essa era a ideologia que predominou no Banco até há muito pouco tempo, até ele virar BNDE. Agora que acrescentaram o “S”, o técnico está obrigado a buscar o social. Porque a preocupação não era com o social. Esse não era o cerne dos debates travados no Banco. Era, sim, objeto de debate no ISEB. Não é por acaso que os verdadeiros “reformistas”, que são os da reforma agrária, os da reforma educacional e os sanitaristas, não travaram esse debate no BNDE. Esse debate não era travado no Banco, e sim em outros fóruns. O Banco estava promovendo o desenvolvimento econômico, não cabia o “S”. E tinha a tese, depois caricaturada grotescamente pelo Delfim<sup>18</sup>, de que o “bolo precisava crescer para depois ser distribuído”. Essa era a tese! Vamos dar emprego por meio do desenvolvimento econômico e o resto virá depois. Ninguém se preocupava, ao contrário da CEPAL.

A CEPAL sim, dava aos seus cursos de desenvolvimento um caráter abrangente, e punha a equipe de médicos fazendo desenvolvimento na saúde, que era feito, principalmente, pelos sanitaristas. Mas isso não tinha nada a ver com o BNDE. O BNDE jamais recebeu recursos da CEPAL para treinamento para o setor de saúde, ou mesmo para o de educação. Isso eles davam ao Ministério da Saúde, aos

sanitaristas. Não é que nós, da CEPAL, não estivéssemos preocupados. É claro que estávamos preocupados. Mas as preocupações do Banco eram de outra natureza. Isso tem de ficar claro! Ao contrário, o Banco, a despeito de se considerar progressista, tendeu a uma ideologia que eu considero desenvolvimentista *strictu sensu*. O Banco tampouco fez nacionalismo, e acreditava que estava fazendo. Isso é que é fantástico! Jamais se fez nacionalismo no Banco, pois haveria choque com todos os grupos de interesses ligados ao capital estrangeiro. Jamais se pensou em desenvolvimento econômico-social. Havia a teoria da CEPAL, não há a menor dúvida, e a do Furtado. Também havia a do Simonsen e a do próprio Campos, pois ele também foi um desenvolvimentista. Portanto, as origens ideológicas do BNDE são múltiplas. Já estou pondo três nomes: Roberto Simonsen, Celso Furtado e Roberto Campos. O Campos também era pelo desenvolvimento e pelo planejamento, e essa era a diferença entre ele e a corrente liberal à qual pertencia. Ele nunca foi liberal na economia, aliás nem em outras coisas. Era um técnico de equipe. Tinha a ver com o liberalismo por suas ligações com o grupo da Comissão Brasil-Estados Unidos, mas acreditava na intervenção do Estado, só ficou ultraliberal depois de velho. Aliás, liberal neste país há poucos, o que há é ideologia.

Quando terminaram as metas do Juscelino, aconteceram vários fenômenos com consequências complexas. O mais importante foi a crise político-militar que culminou com o golpe de 1964. O Banco, que passou a defender os grandes projetos da indústria pesada, que estavam começando, em particular o do aço, de repente ficou sem apoio político, sem diretoria. Mandaram para cá um homem da SUMOC, o Garrido Torres<sup>191</sup>, com o fim, aparentemente explícito, de “vamos acabar com o Banco, porque esses caras têm umas ideias meio estranhas”. Pelos menos é o que dizem todos os técnicos que conheceram o Campos e o Garrido. Não há dúvida nenhuma de que o Banco sempre teve uma ideologia “estatizante”, que incomodava. E o Garrido chegou, vestiu a camisa e disse: “Bom, vamos acabar com o Banco coisa nenhuma, isso aqui é uma agência pesada de desenvolvimento.” Porém, como não tinha recursos, na verdade deu mão dupla. Houve crise de quebra do modelo. Mesmo para uma etapa de desenvolvimento, o Banco não sabia direito o que iria fazer, e ficou travancado numa recessão que pegou pesado os produtores de aço. Então o BNDE virou o “Banco do Aço”. Parece que vai voltar agora, com a nova crise econômica, a ser o “Banco do Aço”. Virou o Banco dos setores falidos. E o que o BNDE tinha de levar adiante?

No caso do Garrido, ele veio com o fim explícito de mudar a ideologia do Banco. Veio fazer do BNDE um banco operativo, uma espécie de “banco de

investimento”. A ideia do FINAME<sup>9</sup> é dele. Era para tornar o Banco um agente operador financeiro para o setor privado já instalado. Essa é que era a ideia do Garrido. Ele tentou fazer o “FINAMÃO”<sup>\*</sup> e ninguém tomou recursos porque o setor privado estava simplesmente em recessão. A agência, que depois virou FINAME, começou com ele, mas na verdade não foi a lugar nenhum no começo. Assim, o Banco ficou encravado com o aço. Na verdade, o Banco criou uma agência para financiar o setor privado, mas como este não demandava recursos, o FINAME ficou obrigado a usar recursos para os setores “estatizados”. Buscou recursos no EXIMBANK<sup>115</sup>, no Banco Mundial<sup>39</sup> e no Tesouro<sup>281</sup> para financiar a indústria do aço, que ficou toda em cima dele. Como se não bastasse, acabou a cota japonesa da USIMINAS<sup>285</sup>. Então, 50% dos recursos daquele período pós-crise, que vai até metade dos anos 1970, foi para o aço. E, no entanto, começou a se gestar a ideologia de que o Banco deveria apoiar de outra forma o setor privado, que já existia. Via o quê? Os recursos financeiros subsidiados.

**Lá pelo fim da década de 1950, quando o setor bancário nacional evidentemente tinha outro porte, e as relações com o setor bancário nacional ainda eram de uma outra qualidade, como é que se portava o BNDE enquanto instituição financeira?**

O único papel que a reforma financeira atribuiu ao Banco foi o de continuar a ser um banco de fomento, repassador de recursos externos das agências internacionais, como o EXIMBANK, o Banco Mundial etc. E, depois, de ter uma agência especial como o FINAME, como uma espécie de fundo especial para financiar o setor de bens de capital. Foi a única coisa em que se pensou. Desde o projeto inicial jamais se atribuiu ao Banco nenhum papel financeiro diferente deste. Quem pensava diferente era o Rangel, mas como ele jamais teve voz ativa no Banco ninguém o levou a sério, sequer para o projeto do Banco. Como já mencionei, o Rangel não era o autor do projeto do Banco, e as ideias dele só eram cabíveis para nós, os economistas *outsiders* do Banco. As ideias dele não tinham acolhida no governo, nem sequer no governo Goulart<sup>184</sup>, a cuja assessoria ele pertenceu por muito pouco tempo, porque logo se irritou. Ele saiu da assessoria do Jango. Essa é a realidade: o Rangel nunca foi pesado no Banco.

---

\* Referência ao termo que os técnicos do BNDE, internamente, usavam para expressar sua crítica ao que, futuramente, viria a ser o FINAME.

O BNDE não era senão uma agência de fomento e planejamento. Era uma agência articuladora de interesses e repassadora de alguns financiamentos externos, que não eram tão importantes. Vale lembrar, e isto está no Lessa<sup>50</sup>, no *15 Anos de Política Econômica*<sup>1</sup>, o peso do capital estrangeiro nunca foi tão importante, nunca chegou a mais de 12%. A outra ideia foi o FINAME, bem mais para frente, no período do Garrido, como uma agência para financiar os setores de bens de capital. É importante ler os debates do Quitandinha sobre o papel dos bancos de financiamento e do sistema de planejamento regional, com o Aníbal Pinto<sup>16</sup> presidindo. Então o BNDE era uma espécie de cabeça nacional do sistema de bancos de desenvolvimento. Essa era a ideia.

**O motivo principal da nossa conversa é a história do BNDE, e há um capítulo dessa história de que a senhora participou, independentemente, que foi o Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE<sup>58</sup>. Seria importante que desse um depoimento sobre a importância desse Centro, do impacto que ele teve no país.**

O Roberto Campos tinha dito ao presidente, em 1954, que fizesse o escritório regional aqui. Foi feito no México. Depois, em 1958, o Campos voltou a pedir, e sua ideia era colocar uma pessoa da confiança dele. Então, a ideia era colocar o João Guilherme Figueiredo na agência, mas ele era da CEPAL, da Divisão de Indústrias, e não quis vir. Acabou vindo o Oswaldo Sunkel<sup>231</sup>, da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL. Então, eu saí do banco direto para o Centro CEPAL-BNDE a convite do Sunkel e comecei a fazer a pesquisa sobre substituição de importações. Meus contatos dentro do Banco foram por meio de cursos de treinamento. Na verdade, eles se mantiveram até 1964, numa grande atividade de pesquisas, de debates e de treinamento de pessoal. Quero dizer, o Centro CEPAL-BNDE fazia treinamento não apenas no BNDE, mas em todas as agências de desenvolvimento do país. Treinava inclusive jovens estagiários. Isso durou até 1964. Com o golpe, a relação ficou precária, mas andou e continuou até o Jayme Magrassi<sup>178</sup> virar presidente do Banco, no governo Costa e Silva<sup>21</sup>. Portanto, não houve nenhum problema com o Garrido Torres, um conservador. Eu já era vice-diretora do Centro CEPAL-BNDE e vim conversar com o Garrido Torres para continuarmos com o acordo. Ele, por sua vez, não foi perguntar o que fazer com o Centro CEPAL-BNDE, porque a essa altura o Campos era ministro do Planejamento e já estava convencido que nós éramos “meio perversos”, porque estávamos “fazendo a cabeça dos meninos”, segundo ele. O Garrido disse: “O Centro CEPAL-BNDE vai continuar.” E nós continuamos, com os móveis do BNDE, com recursos do BNDE, e pagos pelo BNDE.

Eu, naquela altura, já não era paga pelo BNDE porque era funcionária internacional. Mas todos os economistas jovens brasileiros do Centro CEPAL-BNDE eram pagos com recursos do BNDE. O BNDE pagava o pessoal e as instalações, e nós, do Centro, continuamos muito bem, obrigada! O acordo depois foi rompido por Magrassi, mas eu recorri ao Hélio Beltrão<sup>159</sup>, que tinha ido para o Planejamento, e ao Velloso<sup>187</sup>, que era diretor do IPEA<sup>169</sup>. Foram eles que socorreram o acordo do governo brasileiro com a CEPAL, transformando o acordo CEPAL-BNDE no acordo CEPAL-IPEA. Parte dos jovens economistas do Centro foi trabalhar na equipe que o Velloso montou no IPEA. Na verdade, essa foi a equipe que, de 1967 a 1973, foi o correspondente ideológico e “pensante” do Departamento Econômico daqui do BNDE, porque o Departamento Econômico daqui começou a se esvaziar, a despeito da luta pungente do Pelúcio Ferreira<sup>194</sup>.

O BNDE começou a esvaziar e o próprio Pelúcio, que foi o chefe do departamento, foi ser adjunto da Secretaria de Planejamento e, mais tarde, foi para a presidência da FINEP<sup>120</sup>. Então, com as mudanças de 1964-67, o BNDE ficou exposto, porque o Campos não o protegeu, pois achava que não tinha muita importância. O Campos montou o Ministério do Planejamento<sup>218</sup> e esvaziou, de certa forma, o papel do BNDE como órgão de planejamento e formador de opinião e de enlace com todos os setores que o Banco tinha. O Banco, literalmente, não chegou a ser apenas um banco. Foi o que o Garrido disse: “Não acabo com o Banco. Faço o FINAME, mantenho o programa do aço, e apoio a diretoria da casa.” É claro que não acabaram. Não só não acabaram como continuaram crescendo. Porém acabaram num sentido, pois o Banco deixou de ter a equipe que começara, a equipe que estava a par do diagnóstico macroeconômico global da indústria. Começou a perder terreno, e parte dos seus quadros passou para o BEG<sup>35</sup>, se licenciou ou foi atuar em outras agências do governo, só retornando na gestão do Marcos Vianna. Eu fui trabalhar na CEPAL do Chile, no final de 1968. Quando o IPEA foi desdobrado em dois, e só o INPES<sup>168</sup> ficou no Rio de Janeiro, o Centro CEPAL-IPEA foi também para Brasília e perdeu as suas funções de dar cursos e treinar pessoal do governo.

**Mais recentemente, na medida em que foram introduzidas outras funções ou foram concedidas outras atribuições ao BNDE, me parece que a discussão está caminhando para um ponto que, de alguma forma, ressalta como divisor de águas a concepção da base técnica produtiva. Como conceituaria a vivência, a concretude, que o BNDE na época experimentava, nessa concepção de base técnica produtiva?**

Mesmo ao tempo em que eu aqui estive, e dou testemunho, a grande preocupação dos técnicos, a ideologia dominante entre os técnicos, era construir uma base técnica de infraestrutura – transporte e energia, o binômio clássico, que agregava comunicação e indústria. Isto é, a ideia era construir uma base produtiva industrial, que é o núcleo com potencial tecnológico mais importante de uma nação. O que é correto! Evidentemente, você não pode ser moderno sem se industrializar, nem se desenvolver com a criação de vacas. Ninguém faz uma economia desenvolvida sem base industrial. O BNDE estava lutando contra uma ideologia reacionária, que acreditava que “nossa nação é agrícola”. Estávamos lutando contra a doutrina das vantagens comparativas, que diz que devemos exportar produtos primários. Só que essa não era uma briga mole. Evidentemente, atrás desse discurso estavam, como estão até hoje, os interesses do agronegócio. Porque isso voltou, ou seja, “as vacas voltaram”, aliás, há vacas à esquerda e à direita. Você tem esquerda que quer vaca, e você tem direita que quer vaca. Querem pasteurizar o Brasil a esta altura do campeonato. É joia!!!

Projetos pecuários, realmente, não eram propriamente a ideia que o Banco tinha sobre desenvolvimento. Nesse sentido, abençoo a “velha guarda”, porque até podem votar em caras que vendem vacas, mas não passa no crivo teórico. Então, eles tinham claro que se tratava de uma base técnica que propiciasse a integração da infraestrutura do chamado capital social básico – ou seja, os setores de transporte, energia, comunicações – com a indústria e a tecnologia. Aí é que “daríamos o bote”. E isso é pouco claro até hoje. Os da velha guarda, todos os que porventura sobraram, pois muitos estão aposentados – o que é uma pena, porque o pessoal que está aqui não tem ideia de nada, e isso eu vi em seminário recente –, sabiam o que estavam fazendo. O BNDE hoje é um gigante e ninguém sabe direito o que é que está fazendo. Essa é que é a verdade! Antes, pelo menos, as pessoas sabiam. Tinham claro que para construir uma base técnica era necessário desenvolver a infraestrutura, indústria pesada, insumos pesados e bens de capital.

Se você leva muito tempo lutando contra uma outra ideologia, a das vantagens comparativas, da exportação das matérias-primas, do modelo primário exportador, obviamente acaba ficando rígido. A única razão pela qual não sou rígida é que eu tenho tantos inimigos que isso me obriga a ter jogo de cintura. A ideia era que, fazendo a base técnica, por decorrência o desenvolvimento econômico produziria tudo o mais, o que era um “materialismo grosseiro”. Produziria as instituições, o desenvolvimento, o financiamento, os bancos, educação e cultura. Sabemos que não produz coisíssima nenhuma! Pelo contrário, se o Estado não produz as

instituições financeiras, a cultura, a educação, a saúde, essa base técnica fica sempre torta, subdesenvolvida, aleijada. E essas outras instituições, se forem conservadoras, rebatem sobre a base técnica. Então montamos a base técnica.

Quando colocamos uma indústria de material nas costas, tanto posso produzir ônibus, como jipe, como caminhão pesado, como carro de luxo, como fusquinha, e, aliás, como patinete e bicicleta também. A escolha de qual produto vou produzir na linha de produção que o Estado financia é que tem a ver com a distribuição de renda. A base técnica é condição necessária para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Porque o desenho das instituições políticas, financeiras, educacionais, culturais e do próprio desenvolvimento agrícola, poderia ser feito de outra maneira, diferente do que tem sido feito. Eles nunca lutaram, por exemplo, a favor de uma outra agricultura. Eles lutaram no início contra a agricultura exportadora porque esse modelo é um peso político contra a indústria. A indústria ganhou favores do Brasil justamente desde o Juscelino.

Verdade é que, quando ocorreu o golpe de 1964, todo mundo continuou industrializante. Como todo mundo continua industrializante? Como se adequa uma equipe que foi progressista no passado a um projeto autoritário? E, de repente, estava todo mundo servindo ao “general”. Esse tipo de satisfação eu ouvi de vários: “Se não fosse o general, nós não tínhamos indústria pesada.” Ora, isso é uma maluquice, porque indústria pesada você tem com ou sem general Geisel<sup>108</sup>. Estamos com vários projetos de indústria pesada que não vamos completar. Isso sim! Mas haveria indústria pesada, iria haver de qualquer maneira, como sempre houve em qualquer processo de industrialização que se preze. Houve com o Juscelino, pois não é verdade que o setor de bens de capital não se desenvolveu. Desenvolveu-se para o estágio em que estávamos. Não é verdade que os insumos básicos são fruto desta última etapa do Banco. Pelo contrário, os insumos básicos já estavam lá, no primeiro plano do aço. Já havia indústria química, só que não era esta, era outra. Está claro? Já havia material pesado.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte. Primeiro, o Banco nunca entendeu que há camadas de indústrias. Repeti-las não basta. Porque é preciso saber em qual direção isso irá. A pergunta é: em qual direção irá? A quem serve o desenvolvimento? Qual é a ligação entre a produção material de bens e a distribuição de renda? Estas perguntas nunca passaram pela cabeça dos técnicos do BNDE. Essa é a dificuldade! Aliás, essa é a dificuldade até hoje. Porque até hoje o pessoal julga que distribuição de renda é tirar dinheiro do rico e dar ao pobre. Com essa visão de que distribuição de renda é tirar do rico e dar ao pobre

realmente não vamos a lugar nenhum. Essa é a visão ingênua da esquerda. Ora, como o pessoal do Banco é progressista, mas não é maluco, obviamente não está a fim de tirar dinheiro do rico para dar ao pobre porque não era disso que se tratava. Nunca entenderam aquilo que a CEPAL depois desenvolveu, que a produção de bens gera a distribuição e reciprocamente. a CEPAL discutiu isso, e continuou discutindo já com o Ministério do Planejamento, com os técnicos de outra geração, com o pessoal mais jovem de hoje. Isso eles não entendem. Realmente até hoje não entendem.

**Existe uma versão a respeito de qual seria a atuação do BNDE na área social, e que trataria até de uma autocrítica em relação à sua atuação passada, ou seja, à concentração na base técnica da industrialização. O sentido é de que teria havido um equívoco na escolha dos fatores de produção a serem usados no processo de desenvolvimento num país onde haveria grande abundância de terra e trabalho. Como vê essa vocação das aplicações do Banco no setor industrial?**

Podemos discutir duas etapas do Banco. A primeira é a origem. O pequeno grupo que deu flexibilidade ao Banco. Depois a etapa para valer, que é a etapa do Juscelino. Descrevi como era a relação de força política. Como é que a democracia operava, como esta casa era politizada, como as pessoas tinham liberdade. Depois é que veio a etapa dura. Como foi o momento defensivo? O pessoal do Banco defendeu aquilo que tinha construído. Com toda razão! Só faltava não defender! Se eles não defendessem ninguém iria defender. Então, defenderam. Seguraram a siderurgia e puseram lá o FINAME, a ideia do Banco como sistema de banco de fomento. Quando retomaram o desenvolvimento – e retomaram evidentemente não por causa do Banco, mas por causa da própria indústria privada, da construção, da reforma financeira e do crédito –, o Banco foi chamado a agir. Também a economia mundial, que estava em expansão, estimulou os investimentos. Mas o Banco agiria onde? Nos setores que tinham capacidade ociosa. Ninguém poderia fazer antes. Isso é outra piada! Só que o pessoal esquece, pois ninguém poderia fazer mais. Era o setor de bens de capital que estava com 70% de capacidade ociosa, por conta de 1964. Nem dava para fazer mais insumos pesados, pois a primeira etapa do aço não estava nem construída e sobrava aço. Exportávamos aço para a Argentina. Logo, se deu pressão sobre a capacidade. Aí o pessoal do Banco tinha razão, pois avisava: “Olha, mas tem o prazo da maturidade, se a gente não atacar agora, quando recuperar vai faltar.” Batata! O pessoal do Banco tinha razão, sim. A economia se

recuperou, eles tinham dito que iria sobrar aço, e faltava aço. E eles disseram que havia energia, e faltou energia. Recuperou, e eles disseram que havia transporte, mas não havia transporte. Enfim, eles têm toda razão!

O sistema de infraestrutura de transporte, de energia, é uma coisa contínua. Não posso chegar e, porque há um ciclo recessivo, parar de investir porque existe capacidade ociosa. Porque se eu paro de investir no setor de bem de capital porque existe capacidade ociosa, eu o torno obsoleto. E isso o pessoal do Banco tem claro. O pessoal do Banco tem claro que infraestrutura, transporte, energia, comunicação, ou seja, a base técnica, é uma coisa que tem de cuidar o tempo todo. Porque senão o que vai acontecer? Em crise, o Banco não investe, não tem recursos e para de investir porque existe capacidade ociosa. Claro!

Onde é que entrou a maluquice? No plano Geisel<sup>248</sup>, que era um plano desvairado, que previa 10% de crescimento até o fim da década. Então, aí está a maluquice. Um ataque de megalomania para recuperar o tempo perdido e para usar os instrumentos de poder correspondentes a esses planos. O que acontece é que vem uma segunda crise, que começa de 1977 em diante. Aliás, a segunda crise é seguida da queda do Marcos Vianna. Ele aguentou o período do Banco do terceiro auge do ciclo. Ficou no governo Geisel e levou os projetos adiante. Sofreu pressões de toda ordem, porque aí a afinação de recursos começou a ser feita “na galega”. Fazem-se projetos aos quais ele era contrário do ponto de vista técnico. Ele me disse que estava contra. Estava contra aquela fábrica de aço em Minas<sup>285</sup>, que plantaram ali naquele lugar fora do contexto. Estava contra uma série de planos megalômanos, mas o Banco não tinha poder para resistir às pressões.

Termina o “milagre”, termina a grande potência. Mas sobra algum resultado, que é uma grande indústria para montar. E tudo com capacidade ociosa. O Banco estava reciclando caixa e, ao mesmo tempo, se endividando no exterior, com uma situação financeira para regular que era “de lascar”. Aí resolveu – por razões, do meu ponto de vista, meramente eleitorais – preocupar-se com o “S”. Já falamos disso, mas aí é fantástico! Porque a justificativa é buscar os documentos no Banco Mundial. E o que o pessoal diz? Diz que o Banco fez mal, que não devia ter feito isso porque aceitou tomar recursos para a indústria quando não tínhamos vantagens comparativas. Que os recursos tinham de ser mandados para a agricultura, para os minérios e para a educação. E me voltam – logo para mim! – com a velha cartilha. Pode não ser velha para quem é jovem, porque nunca ouviu, mas para mim é velha, ou seja, que o Banco errou tudo.

Bom, penduram um “s” no BNDE, que para o regime, do meu ponto de vista, é uma manobra eleitoral. De um lado falta um “s”, e do outro lado se declara que existe um rombo de caixa. Assim, assinam esse recurso, que isso tapa o caixa. Mas acontece que para fazer qualquer “s” tem de ter tripartite, conforme veremos abaixo. Então vamos ver a que se deve o tripartite do “s”. Primeiro, ao interesse eleitoral, bolado, realmente pela Casa Civil e pela Presidência da República, sem consultar ninguém. O Delfim, que sempre foi inimigo do Banco, satisfeítíssimo, deve ter dito: “Ôpa! O Banco volta para minha mão!” O Banco havia ido para o Ministério da Indústria e Comércio, onde estava apodrecendo. Evidentemente, quem tem recursos do *financial* sabe que tem um instrumento de poder. E isso foi resolvido no mais alto nível, no nível da ideologia do Banco Mundial. Essa é a ideologia do Banco Mundial, para corrigir os erros históricos do Banco. Mas não há erro histórico nenhum! O BNDE, enquanto agência de financiamento e desenvolvimento, não cometeu erro histórico algum. Enquanto agência de fomento à indústria não cometeu erro histórico nenhum. A defesa da base técnica é correta, porque é ao Banco que isso cabe. Quando a equipe do Banco se desintegrou da equipe de planejamento, e de outras equipes, isso se deveu ao regime autoritário, e não ao Banco. Um regime autoritário é trancado, há obstrução de informações, não há diálogo e ninguém consegue se comunicar com ninguém. Ou então a “velha guarda” não percebeu e a “jovem guarda” foi recrutada meio “à galega”, ou seja, não havia espírito de equipe. Quero dizer que o Banco é muito grande e é muito difícil, hoje, em relação a esta casa monstruosa, construir esse espírito de equipe. Porém, a base ideológica do “s” está errada. Porque a base ideológica do “s” é a do Banco Mundial. É para corrigir, mas como corrigir? Não há nada para se corrigir!

O “s” pode até ser um problema complementar, porque também não quero fazer julgamento apressado. E o Banco pode, se é que pode, eventualmente, por meio de equipes, articular a distribuição de recursos com as equipes do Ministério da Saúde, que não foi consultado; do Ministério da Previdência, que também não foi consultado; do Ministério da Educação, que igualmente não foi consultado. O que quero dizer é que foi uma decisão arbitrária e autoritária, da noite para o dia, sem que os ministérios da área “S”, da área social, fossem consultados. O que é fantástico! Você pendura um “s” num banco e não consulta os ministros da área social! Tive o cuidado de perguntar a cada um deles individualmente, e não foram consultados. Ficaram possessos, obviamente. Dão um monte de recursos para um fundo especial e o penduram num banco. A razão só pode ser de poder, talvez articulado pelo Delfim. O Delfim queria o Banco e então esse foi o pretexto.

Não que ele quisesse o “s”, mas queria o Banco. Porque ele também não estava lá para colocar o “s”, mas colocaram o “s” e o Delfim cedeu.

A ideologia do Banco Mundial é completamente incorreta. Porque, apesar de ser a política do Banco Mundial, esse “s” não dá para tapar pobreza nenhuma. A pobreza é um fenômeno muito mais grave e mais radical do que o “s” poderá resolver. Mas cria possibilidades de a casa ficar satisfeita, pois o Banco retorna para um órgão de poder mais importante, que é o Ministério do Planejamento, e não o Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Depois, e esse é o segundo item, o Banco recebe recursos e novas tarefas. Em terceiro, e isso eu acho mais importante, o Banco tem uma oportunidade histórica de rearticular suas equipes técnicas com as equipes técnicas de outras instituições e, portanto, vir a ser uma agência que se repense a partir disso. E que se for capaz de se rearticular com os outros, pensar em questões como a habitação, a saúde, a nutrição, a educação, a previdência, e rearticular o sistema de planejamento.

Acho que essa é a grande resistência aos sistemas autoritários. O ministro não cria o “s”, cria o BNDE sob a sua alçada. O Banco Central aceitou porque acha que, como tem um rombo, eles poderiam fazer uma mágica financeira e o rombo ficar menos precário. O Banco Mundial está bancando porque diz que na economia mundial o que falta é o “s”. Só que ele diz que aqui falta o “s” e não percebe que isso não se deve a erros do Banco. O Banco fez o que devia fazer e deveria continuar a fazer. A saber: cuidar realmente do desenvolvimento econômico. O que deveria fazer enquanto equipe técnica era o que então fazia. A saber: desde logo, se entrosar com as outras equipes. Por exemplo, não adianta querer fazer a base técnica sem nenhum poder sobre a taxa de câmbio, sobre a política monetária. Porque no meu tempo isso era disputado; agora não é. Não cabe dizer: “Sou do BNDE e não tenho nada a ver com a política monetário-financeira.” Tem tudo a ver. Porque a política monetário-financeira é capaz de arrebentar qualquer indústria que o Banco ajudou a construir. Então o Banco constrói uma indústria, subsidia, apoia, dá incentivos e depois o Banco Central manda essa indústria para o inferno e a sucateia em três anos. Portanto, o Banco deveria começar a ficar ativo, assim como era no tempo do Juscelino, sobre os demais grupos, sobre a CACEX, sobre o Banco Central. Deveria ativar seu Departamento de Operações Internacionais, seu Departamento de Estudos Gerais, de forma que pudesse criar canais de pressão para não arrebentarem com a indústria. Quer queiram, quer não, o Banco é a única instituição pública que existe para isso. E vai se queixar a quem? Ao Papa? Ao Delfim? Como, se ele não ouve?

Para o “S” o Banco tinha que colocar suas equipes técnicas pensando conjuntamente com o pessoal que está nos vários “S”, e isso é o que me matou no seminário do Banco. O Seminário dos 30 Anos foi para mim muito triste. A educação sempre foi uma questão, não é de agora; e obviamente o BNDE não pode, de repente, começar a pensar a educação, ou a saúde. Isso é uma loucura! O BNDE está obrigado a ser um banco do desenvolvimento econômico-social. E isso significa o quê? Que o seu departamento econômico, que hoje parece que chamam de planejamento, tem de pensar tudo. Ninguém pensa tudo, pois para tal é preciso ter uma cabeça genial. Pensar tudo significa é necessário ter contato com as outras equipes dessa enorme complexidade que é o mundo econômico contemporâneo. Evidente que o Banco continua preocupado com petróleo, com energia e com transporte. Só faltava não ficar! Para isso é que tem seus grupos de trabalhos ligados às agências públicas estatais. É claro que continua preocupado com o aço, porque o aço é o setor deficitário número um. E quando dá problema, bate no Banco. Mas o Banco é muito grande, tem um corpo técnico diversificado.

Você pode ter equipes trabalhando em tudo, e pode ter o departamento econômico, ou de planejamento, pensando e promovendo debates em fórum intermediário entre as equipes e a direção. Isso é o que era o departamento econômico no meu tempo: um fórum intermediário, que não tinha equipes monstruosas. Já disse que o Banco, evidentemente, não era tão grande. Mas, por um lado, hoje existem agentes, grupos de trabalho do Banco, que abarcam todos os setores da economia, sob pena de o Banco não operar. Porque o Banco, para operar, tem de ter contato com tudo, com a política econômica, com o planejamento, com as estatais, e, já que tem o “S”, agregar equipes que pensem junto com seus companheiros da saúde, da educação. Senão, como é que vai ser?

O esforço de pensamento para a alocação de recursos tem de ser criado por equipes que estejam numa instância intermediária, onde você passa a ter a visão macroeconômica. Porque sem a visão macroeconômica do Brasil não se consegue fazer desenvolvimento econômico algum. Estamos em tal confusão que o conjunto precisa ser comparado. E a Diretoria teria de tomar decisões correspondentes. Eu lamento dizer que não acho que o Banco hoje seja isso. É verdade que as tarefas são gigantescas. Hoje, pede-se de qualquer instituição pública um grau alto de consciência, de regeneração e de abertura que não está em suas tradições. Quando o Banco ia se abrir, em 1978, resultou o contrário. Todas as instituições públicas receberam ordem de se fechar. Um processo de abertura em que você quer estimular o debate, mas não necessariamente levar o debate ao povo, pois desse

a imprensa se encarrega, assim como os partidos políticos. Mas deve estimular o debate nas tecnocracias, levar o debate para o interior do aparelho do Estado. O debate é importante nas instâncias correspondentes, para os engenheiros, os advogados, os médicos, para os que trabalham no Banco e em outras instituições. No fundo, é abrir o espaço para o debate, como era aberto em 1958. Daí vocês vão ver que agora é operativamente mais difícil, não apenas porque “o cachimbo faz a boca torta”, mas porque, efetivamente, há decisões de fechar, no sentido político. O Banco é muito maior! A Petrobras é um gigante! Tudo aquilo que o velho Vargas criou já são criações-monstro.

**Para finalizar, gostaríamos que falasse um pouco sobre como vê as perspectivas e os rumos que o BNDE pode tomar a partir de agora.**

Quanto ao Banco, o que vejo na atual crise econômico-financeira é a quantidade de tarefas que tocam a ele. O Banco está inserido numa política econômico-financeira sobre a qual não tem nenhum controle. Voltamos ao que eu disse. Em 1958 o Banco tinha poder político, com a presença de seu corpo de técnicos nos grupos executivos diretamente subordinados à Presidência da República. Isto permitia a integração de interesses, que se dava no seu interior, e dava a ele a capacidade de pressionar as autoridades econômico-financeiras para darem os recursos e financiamentos de que necessitava. Atualmente, apesar de ter muito mais recursos do que tinha antes, na verdade o Banco está comprometido com um conjunto de tarefas que herdou de um passado histórico inteiro. O BNDE está comprometido com os principais projetos de infraestrutura do setor público. Está comprometido em levar a cabo, de uma maneira escalonada, os projetos de insumos básicos e, portanto, evitar, com o seu poder de pressão junto ao ministro do Planejamento, como tem evitado, o corte indiscriminado. Se o Banco não pressionasse a SEPLAN<sup>270</sup> para que esta permitisse que financiasse suas obras num ritmo determinado por seus técnicos, embora mais lento, haveria o risco de uma interrupção abrupta dos projetos e o sucateamento vertiginoso de uma série de projetos que estão em curso. Isso seria realmente um desperdício social cavalari!

Nessa discussão, me lembro que o Campos falou que há quem ache que deva acelerar, e há quem ache que deva retardar. O problema é que a pergunta já não vale mais. O Banco está forçado, por força da conjuntura financeira interna e externa, a desacelerar. Eu imagino que tenha feito a pressão que poderia fazer, que, do ponto de vista político, hoje é menor que antes. O Banco é hoje uma agência financeira muito importante, é uma massa de poder econômico muito

grande, mas dado o contexto das instituições financeiras brasileiras, o Banco tem hoje menos poder sobre a política econômico-financeira do que tinha em 1958. Tanto o Estado como a situação financeira são bem mais complexos. O Banco, na verdade, está inserido no contexto de uma reforma financeira que montou o mercado de capitais, que montou esse conjunto de instituições financeiras privadas, de bancos de investimentos e outros, para a qual ele não contribuiu em nada e que não tem nada a ver com ele. Quer dizer, no conjunto das reformas financeiras, não foi dado ao Banco nenhum papel na política financeira nacional, nenhum papel no mercado de capitais, nenhum papel de ser operador financeiro do Estado. Esse papel não lhe foi dado! Foi dado agora, na última hora, depois da crise cambial, que foi se agravando de 1978 para cá, o papel de tomador de recursos externos, que serve tanto para bancar projetos do setor público como para, eventualmente, repassar recursos ao Banco Central.

Se o Banco não tem controle real sobre os seus recursos externos, corre até o risco de tomá-los e não repassá-los ao setor privado, por exemplo, tal é a taxa de juros. Por outro lado, o Banco está correndo o risco de virar hospital financeiro da grande empresa. Para o setor de bens de capital, por exemplo, ainda tem de garantir umas encomendas, e também garantir financiamento em cruzeiros. Para esse setor, o FINAME tem uma quantidade considerável de recursos que, na verdade, daqui a pouco podem até ficar sobrando, no sentido de haver uma paralisia maior, uma recessão aprofundada, como a que as autoridades da política macroeconômica estão prometendo ao país. Até pode ser que o FINAME fique com recursos sobrando, coisa que não seria a primeira vez, pois já aconteceu na outra recessão, só que desta vez numa escala muito maior. O Banco está condenado a ser hospital dos seus clientes, ou seja, de quem emprestou recursos subsidiados no passado para montar um setor empresarial pesado em várias áreas, que vão da grande indústria de bens de capital à hotelaria. Por tudo isso, infelizmente, eu não acho que o Banco tenha possibilidade de fazer política. O Banco poderia, se tivesse poder político suficiente, fazer uma política de não resgatar, de não repassar recursos às grandes empresas privadas nacionais que o pressionam. Mas acontece que elas são clientes antigos do Banco, e como não têm a quem recorrer – porque bater na porta do Delfim é o mesmo que “bater na parede” – recorrem ao Banco. A alternativa seria o Banco do Brasil, que está pouco disponível para isso, ou o mercado de capitais privados, que realmente foi quem os levou à crise. Na verdade, o que o Banco está fazendo hoje é resgatar posições financeiras de setores empresariais nacionais, que recorreram

diretamente a recursos externos com a Resolução 63<sup>264</sup> ou aos bancos privados de investimentos para fazer capital de giro a taxas tão exorbitantes que põem em risco sua posição, estando à beira de quebrar. Como o Banco não tem o poder de mudar isso e fazer uma reforma no mercado de capitais, como não tem o poder de fazer baixar a taxa de juros internos, fica em situação complicada. Quem tem poder para isso é o Banco Central, sobre o qual o BNDE não tem poder algum. Aliás, eu duvido que neste momento alguém tenha poder algum, porque o Banco Central segue de uma maneira cega, e exagerada, a política americana de alta da taxa de juros. Como vai além, está sendo mais realista que o rei.

O problema é que o BNDE tem de socorrer as empresas que estouraram pelo lado dos recursos de capital de giro e ao mesmo tempo teve de recompor a sua posição ativa-passiva. Fica, então, numa situação péssima, porque está repassando recursos públicos, que são para fins de desenvolvimento, diminuindo inclusive a sua participação acionária, porque no que recompõe a posição ativa e passiva dos grandes grupos privados a quem repassa recursos, o Banco diminui, inclusive, o seu controle acionário. Eu diria que, desse ponto de vista, obviamente não é um papel que ajude. Quer dizer, o Banco está amortecendo as tensões que o setor privado poderia exercer sobre o governo central para a mudança da política econômica. A pergunta que cabe é: o setor privado brasileiro tem poder político, tem expressão político-partidária, para fazer qualquer pressão? O que tenho verificado, mais particularmente na FIESP, é que não tem.

A FIESP, apesar de ser a maior organização empresarial do país, justamente porque é a organização que tem maior número de empresários grandes à beira de uma insolvência financeira, está muito atemorizada em relação ao poder dos ministros mais importantes e, em particular, do Banco Central e do ministro do Planejamento. Ela pede e não é atendida. Na verdade, isso mostra que a capacidade de pressão política das organizações nacionais é muito baixa. A capacidade de pressão política, no momento, de qualquer organização da sociedade é muito baixa, a capacidade de pressão dos sindicatos é muito baixa, a capacidade de pressão do segmento de economistas, que está protestando contra essa política econômica há anos, é muito baixa. É muito baixa também a capacidade de pressão da própria imprensa. Porque, na verdade, no momento nós não temos nenhum projeto político de articulação do conjunto dos setores sociais.

O Juscelino não apenas tinha o apoio do PTB e do PSD para enfrentar a UDN, ao nível de Parlamento e do poder político, como tinha os seus grupos executivos, com entrelace entre empresários, burocracia e bancos, que passavam aqui pelo

BNDE. É justamente esse enlace entre burocracia pública, bancos e setor privado que hoje não existe. Porque essa política financeira que está aí é agora apenas dos bancos. E estabeleceu-se uma verdadeira dicotomia entre os interesses do capital produtivo privado nacional e o capital bancário. Quero dizer que o capital privado dos setores industrial, agrícola e comercial está em contradição total com os bancos. Armou-se uma ciranda financeira, sobre isso eu já escrevi muito, em 1971, 1978. O próprio Dr. Bulhões escreveu muito também. Mas armou-se uma “ciranda financeira”, criando-se uma desvantagem para a estrutura fiscal e financeira do país. A reforma fiscal-financeira de 1968 já era. Quer dizer, foi a operação do sistema financeiro, ao se atrelar via setor bancário privado, via mercado de dinheiro, e via *open market*, que embalou o giro da dívida pública e o giro da dívida externa e provocou a atual crise. Obrigou os agentes privados e públicos, como o BNDE, a tomar no mercado monetário aberto dinheiro a taxa de juros cavalares, com o que a capacidade do BNDE de funcionar como tomador e repassador de recursos líquidos diminui.

O BNDE, hoje, está tomando recursos lá fora para fechar o balanço de pagamentos. A única razão pela qual o BNDE ainda toma recursos é para fechar o balanço. A única razão pela qual as estatais ainda tomam recursos nos bancos é também para fechar o balanço de pagamentos. A forma e as taxas de juros com que tomam esses recursos arrebentam com a sua estrutura passiva, e arrebentará com sua estrutura ativa, no sentido de que o ativo do Banco concentra-se, fatalmente, pesadamente, em certos tipos de ativos, e fica totalmente desfalcado. Quero dizer, existe um desequilíbrio patrimonial e um desequilíbrio nas contas financeiras tanto do lado ativo como do passivo. O Banco não tem poder de, sozinho, reciclar e reescalonar a dívida do setor privado, porque a mediação desta passa tanto pelo Banco Central como pelos banqueiros internacionais. O que significa que o Banco está apertado numa tenaz, pela qual ele é obrigado a receber pressões de fora e a responder, porque são clientes e ele não quer que quebre. Se deixasse quebrar, desapareceria o patrimônio tanto deles como do Banco. E o Banco deixaria desaparecer tudo aquilo que ajudou construir durante um decênio – tudo sumiria. Para evitar a perda do seu próprio capital, o Banco está obrigado a colocar quantidades crescentes de capital. O risco que eu vejo é de que, na recessão que parece vir no ano que vem, haja uma quebradeira geral e o Banco, sozinho, não tenha capacidade de salvar sequer os clientes. Quer dizer, ele teria feito isso em vão.

Se o Bancopudesse se articular com setores da opinião pública, de empresários, de outras agências públicas, para pressionar as autoridades

monetárias a mudar a política, poderia haver algum resultado. Em particular, é preciso continuar a lutar contra a ideologia das vantagens comparativas. Sim, porque o Banco, além do mais, está ameaçado até na sua doutrina. Ele é um banco de desenvolvimento econômico nacional e querem que se converta numa agência repassadora de recursos para projetos que não têm nada a ver com aquilo em que o Banco efetivamente tem tradição. A recomendação que posso fazer é que apoie três coisas: que faça o melhor que possa em relação à articulação para os projetos sociais; que desempenhe um papel de articulador e de coordenador; e que interaja com a CACEX em relação ao que verdadeiramente poderá ser substituído em importações.

A CACEX está fazendo, corretamente, e também por conta própria, acordos bilaterais de comércio, prevendo a recessão global que vai haver no fim do ano. Está fazendo os acordos bilaterais de comércio, e aquilo que sobrar, que ela não puder fazer, vai cortar as importações. Então, convém uma articulação com a CACEX para saber o que será mesmo cortado, porque eles já proibiram uma série de importações, mas é uma proibição temporária. O Banco não pode se guiar por uma proibição temporária, senão vai investir em projetos que não corresponderão. É preciso verificar o que será proibido e o que tem chances, em termos dinâmicos, de completar a estrutura industrial. Isso o Banco poderá fazer. Existem projetos que não têm fôlego nenhum. Não dá para voltar a uma substituição de importações simples do tipo que fez a CEXIM, que é o que pode ocorrer. Quer dizer, é preciso saber se vale a pena investir na simples substituição de importações. Onde e como investir é a questão central.

A outra recomendação é que o Banco se integre com a FINEP para manter o famoso canteiro da pequena e média empresa com potencial tecnológico. Ou mesmo desenhar alguns recursos para a microempresa, pensar um pouco o que se pode fazer com as microempresas, que estão tão em moda agora. Fora isso, o Banco tem uma tarefa de estudo, reflexão e articulação política. E tem de aguentar, apesar de certo desespero dos técnicos, a sua própria importância. Quer dizer, o Banco é uma instituição gigantesca, mas num contexto autoritário não tem mecanismo de articulação política com as suas outras irmãs, do setor privado e do público, e não pode desempenhar o papel que desempenhou no tempo do Juscelino, num contexto político mais aberto. Assim, há uma sensação de grande impotência, a despeito da aparente potência.

Finalmente, devo dizer que não fico particularmente satisfeita de estar discutindo aqui, numa casa extremamente luxuosa e, portanto, cara, que

corresponde a um aumento do ativo e passivo imobilizado do Banco, que aumentou ainda mais com esse edifício. O que, em matéria de alocação de recursos, é uma completa estupidez, comparado com que era o Banco da Sete de Setembro, em que o Departamento Econômico ocupava quatro salas do 6º andar e que, no entanto, tinha na sua cabeça, no seu projeto, o futuro do Brasil.